

pluma caprichosa

SABIA OU NÃO SABIA?

A pergunta a Miguel Macedo é: sabia ou não sabia? Se sabia, desde quando sabia? Se não sabia, nunca soube, e não teve nada a ver com tais empresas ou sócios, não se devia ter demitido. Se teve, só podia demitir-se

O TRABALHO PRINCIPAL DE UM JORNALISTA

deve ser o de fazer perguntas. A pergunta principal é ainda, para a maioria dos casos de corrupção ou abuso da lei, a do Watergate: Ele (Nixon) sabia ou não sabia? E se sabia, como é que sabia e desde quando é que sabia?

A pergunta não está a ser feita. Em vez de fazer perguntas, o jornalismo português resvala para o comentário, a opinião, a lauda, a condenação. O linchamento, mais que evidente no 'caso Casa Pia', que mostrou todas as características do jornalismo tabloide e que contaminou e determinou decisões judiciais em colisão com princípios do

///CLARA
///FERREIRA
///ALVES



Direito Penal e dos direitos humanos. O julgamento sumário e a malevolência são a tendência da net. É a tendência da facilidade que contraria a porfia do apuramento das verdades em jogo. A opinião é um dos segmentos do jornalismo e foi, durante décadas, um segmento em posição hierárquica inferior à reportagem e ao reporte de notícias. As *hard news* participavam em primeiro lugar no primeiro esboço da História, como dizia Philip Graham (fundador do "Washington Post"). A reportagem, mesmo antes das liberdades literárias do Novo Jornalismo de que Tom Wolfe foi o arauto junto com Truman Capote e Norman Mailer, era um género nobre. *Hard news*, reportagem, entrevista, editorial e colunas de opinião, junto com as *soft news* das retaguardas dos jornais (entretenimento, estilos de vida, moda, gastronomia, saúde, etc.) e as críticas e ensaios de artes e livros constituíam o todo do jornal em que cada um sabia o espaço e influência que ocupava. Não havia espaço para comentadores na política ativa. O *open editorial*, *op-ed*, dava a voz a atores e a figuras da história política, social ou económica, ou outra, mas era um direito excepcional, uma abertura das páginas dos jornais a não jornalistas. O "New York Times" ainda mantém a política mas sem obedecer às regras anteriores, abrindo *op-eds* constantes a vedetas do jornal, como Maureen Dowd, que escreve *op-eds* e faz esporadicamente outro jornalismo. Ou como Thomas Friedman, um dos mais prolíficos produtores de opinião no mundo.

Em Portugal, com os cortes de custos que condenaram a reportagem nacional e internacional e a investigação de fundo (uma maratona que pode demorar meses a correr e que corre todos os riscos), a influência maligna da trivialidade das televisões, a preponderância do *infotainment* e o apagamento dos limites entre notícias e opinião e entre opinião e manipulação política, a acumulação de processos judiciais contra jornalistas ou colunistas usados como manobra de intimidação e pagos pelo Estado em que muitos desses visados servem como administradores ou agentes (Alberto João Jardim tem abusado

dos processos judiciais contra jornalistas e colunistas e Cavaco tentou processar Miguel Sousa Tavares por este o ofender, certo, mas não por o difamar ou caluniar), com a voragem do jornalismo digital, com as caudas de comentários do que Martin Amis chama a Brigada Ilustrada, fez com que as distinções fossem borradas. E de vez. Jornalistas dão conselhos de governação, inventam "policies" sem estarem na política, misturam notícia com opinião com entrevista, escrevem *best-sellers* que são compêndios de política governativa sem base factual rigorosa ou avalizada pela experiência. Amadores misturam-se com profissionais, políticos misturam-se com jornalistas e, de um modo geral, dada a escassez de material ou de dinheiro, todos fazem pela vidinha através da influência que deixou de ser audiência e passou a ser ocupação de lugar na cadeia alimentar. **A influência, e o tráfico de influências contínuo e despudorado, perante o qual a sociedade e o jornalismo usam toda a complacência, é a doença da Administração Pública portuguesa. E da privada.** É corrupção, gastos supérfluos, clientelismo dos partidos do poder. Esta é a máquina do Estado que nenhum governo ousa reformar sob pena de extinguir as bases de apoio, os financiadores, os clientes, os amigos e as famílias. O que o caso dos vistos *gold* põe a descoberto é essa teia dúbida de empregos e empresas familiares, sociedades sem capital e sem objeto social, empresas obscuras com participações de políticos, secretários e ministros ou, antes e depois de o serem, advogados que nunca puseram um pé no tribunal e nunca redigiram um articulado ou laboraram num código ou num contrato, conúbios entre altos funcionários públicos e agentes partidários, empresas e proteções e mais empresas, falsas, verdadeiras, onde os "inocentes" clamam nunca terem ido ou recebido um salário. Com nomes vagos, como *Projects and Business*. A pergunta a Miguel Macedo é: sabia ou não sabia? Se sabia, desde quando sabia? Se não sabia, nunca soube, e não teve nada a ver com tais empresas ou sócios, não se devia ter demitido. Se teve, só podia demitir-se. ●